



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 75 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

PUBLICADO EM:

15 / 12 / 2025

PAÇO MUNICIPAL

Parvalho
RESPONSÁVEL

Dispõe sobre a obrigatoriedade de servidores municipais do quadro de motoristas e operadores de máquinas se submeterem ao exame do etilômetro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, IV, da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de realização do teste de etilômetro ou bafômetro aos servidores públicos municipais, contratados, efetivos ou comissionado, ocupantes dos cargos de motorista e operador de máquinas, bem como aos servidores que, no exercício de suas funções, por qualquer motivo, utilizem e realizem a condução de veículos oficiais da frota municipal, ainda que de forma eventual.

Art. 2º O servidor poderá ser convocado, pela autoridade administrativa competente, para a realização do teste de etilômetro a qualquer momento da jornada de trabalho, de forma periódica ou aleatória, sempre que houver fundada suspeita, conforme critérios definidos em regulamento interno do Poder Executivo.

§1º A recusa injustificada à realização do teste poderá ser tratada como infração disciplinar, sujeita, inicialmente, à penalidade de advertência, nos termos da Lei Complementar nº 1.040/2000 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§2º O teste será realizado em sala específica, adequada e destinada exclusivamente para esse fim, garantindo condições de higiene, privacidade e segurança ao servidor.

§3º O Poder Executivo designará servidor(es) especificamente responsável (is) pela aplicação do teste, devidamente capacitado(s) para o manuseio do etilômetro e demais procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 3º Caso o servidor esteja com sinais visíveis de embriaguez como odor de álcool, olhos avermelhados, dificuldade de equilíbrio, fala alterada, entre outros, e se recusar



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

a se submeter ao exame, poderá ser aplicada infração disciplinar e sofrer sanções pertinentes.

§1º O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar, observada a seguinte discriminação:

I - A advertência por escrito será aplicada na primeira autuação;

II – A suspensão com prejuízo do salário ou vencimento na segunda autuação;

III – Será punida com suspensão de até 15 (quinze) dias, o servidor que injustificadamente se recusar a ser submetido ao teste de bafômetro ou etilômetro pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§2º As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso do prazo de três anos de efetivo exercício se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 4º Quando houver encaminhamento do servidor para a realização de exame de sangue ou exame clínico, não será necessário aguardar o resultado para fins de instrução de processo administrativo.

§1º Caso o resultado do teste de bafômetro for positivo, o servidor deverá ser afastado de suas atividades até que haja o resultado da contraprova, se ele optar por fazê-la.

§2º Em todos os casos deverá ser respeitado o sigilo dos resultados.

Art. 5º A confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência do álcool ou de outra substância psicoativa que ateste a dependência, dar-se-á por meio de, pelo menos, um dos seguintes procedimentos a serem realizados:

I – Exame de sangue;



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS - ESTADO DE MINAS GERAIS

II - Exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ao qual o servidor esteja vinculado;

III – Teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar, ou etilômetro;

IV – Outros meios de prova em direito admitido, como testemunhal, relatório da Chefia Imediata do servidor, fotografia, filmagens de vídeo, etc.

Parágrafo único. Sempre que utilizado etilômetro ou equipamento semelhante, o aparelho deverá possuir certificado vigente de aferição e passar por manutenção preventiva e corretiva periódica, conforme orientações do INMETRO ou órgão técnico competente.

Art. 6º As condutas previstas nesta lei serão constatadas por concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue, ou igual ou superior a 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar.

Art. 7º O Poder Executivo, no que couber, regulamentará esta Lei por Decreto.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim de Minas, 15 de dezembro de 2025.

José Francisco Matos e Silva
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM:

15 / 12 / 2025

PAÇO MUNICIPAL

Canalho

RESPONSÁVEL